

Belém do Pará - Brasil - 01 a 04 de agosto de 2024

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – XVIII
ENEJA**

É por essas razões que a importância da lei não é identificada e reconhecida como um instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais. Ela acompanha o desenvolvimento contextualizado da cidadania em todos os países. A sua importância nasce do caráter contraditório que a acompanha: nela sempre reside uma dimensão de luta. Luta por inscrições mais democráticas, por efetivações mais realistas, contra descaracterizações mutiladoras, por sonhos de justiça. Todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais (JAMIL CURY, 2002)

Texto base para a problematização nos Grupos de Trabalho

O XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), que ocorre nos dias 01 a 04 de agosto de 2024, em Belém/PA, é organizado coletivamente e reúne estudantes, professoras/es, gestoras/es, pedagogas/os, professoras/es universitárias/os, pesquisadores e militantes de movimentos sociais, caracterizando-se como espaço de diálogo e trabalho do movimento nacional dos Fóruns de EJA do Brasil. Esse Encontro se realiza em um momento particular de mobilização, de reconquistas, mas também de muitos desafios frente à realidade nacional de tentativa de reconstrução do Estado Democrático brasileiro, após as eleições de 2022.

O tema “EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: fundamentos para uma política pública nacional de EJA”, está desdobrado em três eixos: 1. Política Pública Nacional que garanta o direito à educação da classe trabalhadora: ingresso, permanência e conclusão da educação básica com qualidade socialmente referenciada. 2. Da luta pela democracia ao direito à EJA: a educação na perspectiva popular e currículos emancipatórios. 3. As ações dos Fóruns de EJA como instrumento político na luta pela democracia e pelo direito à educação pública: formação política, diálogo e participação dos movimentos sociais. O encontro tem por objetivos: refletir sobre os sentidos da Política Pública, construída de forma democrática, na consolidação do direito à educação básica de todas as pessoas; compreender e direcionar as ações dos Fóruns de EJA de cada Estado, Região ou Município na perspectiva da conquista efetiva da política pública de EJA; refletir acerca dos desafios e construir uma agenda intersetorial de lutas para a ação política dos Fóruns de EJA, no âmbito dos municípios, microrregiões, unidades da federação, regiões e União, com vistas a implementação da Política Nacional de EJA, articulando as organizações dos trabalhadores que demandam o direito à EJA.

Após o XVII ENEJA/2022, em Florianópolis, elegemos mais uma vez um governo democrático popular para o Brasil e, com ele, relocalamos a EJA no MEC, com a retomada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). A partir da reconfiguração do Fórum Nacional de Educação (FNE), voltamos a compor este importante espaço de debate da política pública educacional, colaborando na construção e realização

da recente Conferência Nacional de Educação, a CONAE/2024, que conduziu a elaboração democrática e participativa do documento referência ao novo PNE 2024/2034.

Nos últimos seis anos, tivemos um descaso e uma invisibilidade completa da EJA. Presenciamos a redução dos recursos da ordem de R\$1,8 bilhões de reais, em 2012, para míseros R\$ 8 milhões, em 2020; queda de 95,56% no valor investido e a dramática redução das matrículas em âmbito nacional, enquanto o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA e a educação à distância se instituíram como a política de EJA. A Resolução CNE 01/21 alinhando a EJA à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprofundou as desigualdades educacionais e o modelo supletivo ainda persiste na maioria das redes/escolas. As já precárias condições de trabalho dos educadores se aprofundaram e as equipes gestoras, de modo geral, foram ainda mais sucateadas nas secretarias de educação.

Nos anos de 2022 a 2024 os Fóruns de EJA do Brasil se fortaleceram na luta e na resistência:

1. Movidos pela força da indignação, escrevemos vários documentos, denunciando a situação da EJA para a equipe de transição do governo federal; para o Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana; para a consulta pública sobre o novo ensino médio (NEM).
2. Estivemos em audiência com a Secretária da SECADI, com o Ministro da Educação, com equipe do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; realizamos audiência pública na Câmara dos deputados, onde se definiu pelo movimento de criação da frente parlamentar mista em defesa da EJA, requerimento cujas assinaturas ainda não alcançaram o número mínimo de 192 para criação da frente. Mas, por outro lado, a partir de requerimento da senadora Janaína Farias (PT-CE), foi aprovada pela Comissão de Educação (CE), a instituição de subcomissão permanente destinada a acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A senadora também apresentou o Projeto de Lei nº 2411, de 2024, que Institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA).
3. Participamos da CNAEJA com discussões referentes a políticas a serem implementadas, como também no FNE, com análises e proposições ao documento referência para a CONAE, bem como, com presença ativa na Conferência a partir de propostas, moções aprovadas e realização de um colóquio.
4. Escrevemos ao presidente Lula, à primeira-dama, aos deputados e senadores, aos partidos políticos; fizemos campanhas nas redes sociais para que a EJA tivesse o alcance necessário para atendimento aos sujeitos com direitos a serem garantidos.
5. Finalmente, participamos do lançamento do Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA, em 06 junho de 2024.

Temos hoje uma política de governo: “O Pacto pela Superação do Analfabetismo e qualificação da educação de Jovens e adultos”; temos um projeto de lei do PNE 2024/2034 em tramitação no Congresso Nacional. Porém ainda temos muitos desafios para superar! Na política de governo, fazê-la o mais pública possível, fazê-la instrumento de mobilização, para a consolidação de uma política de Estado. No PNE fazer a EJA ser reconhecida como DIREITO, como previsto na Constituição Federal de 1988, sendo ofertada, como preconiza a LDB/1996, no seu artigo 37, com condições apropriadas e de acordo com as especificidades de seus sujeitos.

Superar o ensino supletivo, reconhecendo a condição de sujeitos de direitos em diferentes campos: o do trabalho, a condição de quem é mulher, idoso, jovem, pessoa com deficiência, privados de liberdade, entre outros.

Esse cenário ainda apresenta como desafio a escuta pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE's) e Conselhos Municipais de Educação (CME's), por meio de estratégias como as audiências que marcaram a elaboração do Parecer das diretrizes para EJA de 2000. Outro desafio é enfrentar e substituir a Resolução 01/2021 do CNE, que prevê a mudança quase automática de classes presenciais de EJA pelo ensino à distância, com uso de plataformas digitais, onde os nossos alunos da EJA sequer conseguem acompanhar e acabam atendidos em grupos de WhatsApp, com seus celulares precários.

Seguem sendo nossas principais defesas para a EJA: reconhecer que os estudantes são, antes de estudantes, trabalhadores, que compõem grupos marcados pela diversidade, extrapolando os limites da certificação; garantir a formação inicial e continuada de professores que considere a especificidade da modalidade; expandir as matrículas, elevando a escolaridade da população brasileira, de modo a superar o analfabetismo, não como fim, mas como direito à educação básica. E, isto só será possível com financiamento real (conquistamos a equidade: fator de ponderação = 1.); com políticas intersetoriais que reconheçam e identifiquem esses sujeitos em toda a sua dimensão humana, para além da posição de estudante.

Nosso desafio é enfrentar a conjuntura, seja no âmbito executivo federal, distrital, estadual e municipal, seja nos espaços legislativos, seja nos conselhos para que possa ser implementada uma política nacional. Será na luta, será coletivamente.

Estamos falando de um reconhecimento do direito à educação. Direito para as pessoas trabalhadoras, aqueles que são jovens, adultos, idosos, que não concluíram a educação básica. Mas é muito mais do que isso, porque quando defendemos a educação de jovens e adultos como modalidade, nós não estamos distinguindo aquilo que é feito no formativo, daquilo que é a construção dos sujeitos trabalhadores também fora do sistema escolar. Então, a política nacional de EJA deve manter o diálogo necessário, intersetorial, com tudo que abarca esse sujeito na sua integralidade. É um sujeito que demanda questões do direito à saúde, à moradia, ao trabalho digno, à alimentação digna, ao lazer, à cultura. A principal questão e o principal desafio para os Fóruns de EJA do Brasil é compreendermos que a política de EJA está em disputa, ela sempre esteve e é fundamental que a gente compreenda qual é a nossa necessidade de organização e mobilização para fazer frente aos vários interesses que representam ou estão representados nos campos que disputam essa política.

Estamos no momento em que o Congresso recebe a nova proposta para o próximo decênio da educação (PNE 2024/2034). É importante entender que, para a construção dessa política, vamos ocupar um espaço de disputa. E como entraremos nessa disputa? Precisaremos focar naquilo que é essencial, para nos fortalecermos nessa briga no Congresso, buscando compreender quais interesses estão materializados ali naqueles segmentos de deputados federais e senadores que nós elegemos e com os quais nós precisamos dialogar muito para que não tenhamos mais retrocesso do que já tivemos. (Live do Esquenta, 10/04/2024)

É importante lembrar que quando falamos de governo, estamos falando daquilo que começa no chão do território, no município, na escola. Então, enfrentar o executivo, o legislativo e o judiciário no âmbito municipal, estadual e federal é fundamental para que tenhamos uma política

de EJA cada vez mais próxima do sujeito que demanda essa educação como direito. E é, sem sombra de dúvida, nós, da sociedade civil, que precisamos cada vez mais ter consciência do nosso papel na construção dessa política. Temos que pressionar os governos para que, de fato, a necessidade da população seja atendida.

É necessário ultrapassar os retrocessos no modelo de educação compensatória, que nos defrontamos ainda, que foi a grande marca efetiva das políticas anteriores, principalmente do Mobral e do ensino supletivo. Ainda que as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2000, apontassem caminhos mais progressistas, superando uma perspectiva reducionista de que a educação de jovens e adultos, se pode resolver com pouco tempo, com aligeiramento e com limitação de conteúdo. Essa perspectiva ainda permanece nos sistemas de ensino e se fortalece com a Resolução CNE nº 1/2021.

A retomada da SECADI no MEC significa um avanço, mas se não tivermos um desdobramento e um fortalecimento das diretorias de EJA no âmbito dos estados e do Distrito Federal e o fortalecimento das coordenações de educação de jovens e adultos no âmbito dos municípios, o impacto das políticas induzidas pelo Governo Federal, seguramente vai ser mais difícil de ser feito. Por isso, é fundamental, nesse novo momento em que estamos vivendo, que voltemos a atuar com força nos locais, nos territórios. Os municípios precisam compreender que o Ensino Fundamental para a classe trabalhadora é uma responsabilidade dele. Os estados precisam entender que a tarefa dele é ampliar a oferta do ensino médio, com qualidade para atender a classe trabalhadora. Abrir a possibilidade dos centros de educação de jovens e adultos que atendam manhã, tarde e noite, para que de fato os jovens, adultos, idosos possam concluir o ensino médio e, portanto, concluir a educação básica, é tarefa das secretarias estaduais. Assim como não pode deixar de ser uma tarefa fundamental da rede federal, atuando na educação de jovens e adultos, integrado à educação profissional e tecnológica. Fazer com que esse jeito de atender a demanda da EJA possa se espalhar pelas secretarias estaduais e, que se faça de fato um pacto federativo, onde município, estado e rede federal construam currículos diferenciados de uma educação que possa de fato se configurar como educação integral e integrada para a classe trabalhadora.

Os encontros nacionais são o momento de revisitar nossa trajetória, mas, o mais importante, nesse momento, é a nossa capacidade, enquanto fórum, de intervir localmente, de disputar no município um jeito de fazer a EJA compatível com aquela realidade municipal.

A disputa no MEC, a disputa nos conselhos, a disputa nas secretarias, a disputa dentro da nossa escola, do nosso espaço legislativo é a grande tarefa que nós, enquanto segmentos da educação de jovens e adultos, educadores, educandos, pesquisadores, sindicatos, ONGs e toda essa organização que compõem os fóruns de EJA tem que estar “com o gás todo”! A batalha por currículos diferenciados, por financiamento compatível, por profissionais que, de fato, tenham formação para atuar na educação de jovens e adultos. Recuperar essa perspectiva de que o professor da educação de jovens e adultos se forma o tempo todo, pois os desafios que são postos para ele nesses coletivos tão diversos das turmas de EJA, são os desafios que impõem a ele a necessidade de estudar sempre e ter a perspectiva de construção pedagógica como uma ação de pesquisa o tempo todo. Uma pesquisa que intervém na realidade, que repensa a realidade e reconstrói esses currículos coletivamente. (Live do Esquenta, 10/04/2024)

Desafios:

- ✓ Em um processo coletivo e de mobilização dos Fóruns para oferta da Educação de Jovens e Adultos com qualidade social, fundamento de um direito constitucional, quais serão nossas ações para o alcance desse objetivo? Qual o papel dos Fóruns de EJA?
- ✓ Que estratégias os fóruns utilizarão para cobrar e mobilizar pelo aumento da oferta de matrículas e da permanência dos estudantes na EJA? Como cada fórum vai poder atuar na articulação da chamada pública?
- ✓ Como é possível atuar na defesa de um PNE, PEEs e PMEs que correspondam ao documento aprovado na CONAE/2024?
- ✓ Que estratégias e ações desenvolvemos para garantir que as redes atuem para a qualidade e equidade na EJA? O que seriam padrões mínimos de qualidade e como isso se desdobra nos currículos, ou o que seria um currículo de qualidade na perspectiva do que defendemos na EJA.
- ✓ Diante de tantos desafios, como fortalecer os fóruns? A forma como os fóruns estão organizados hoje são dando conta? Quais nossos limites e como superá-los?

Construir uma Educação de Jovens, Adultos e Idosos popular, democrática, laica e de qualidade para todas e todos é o desafio que se instaura, pois, como nos diz o mestre Paulo Freire, “não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos”.

Referências

CURY, Carlos Roberto Jamil, Direito à Educação: direito à Igualdade, Direito à Diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002.[1]

Leituras Complementares:

Cartas do XVII ENEJA/2022

Documento encaminhado à equipe de Transição do Presidente Lula/2023.

Posicionamento e proposições dos fóruns de EJA referente a consulta Pública sobre o Novo Ensino Médio.

Documento e petição Pela Revogação Imediata da Resolução CNE/CEB 1/2021

[1] Este texto foi elaborado a partir da transcrição do Esquenta ENEJA do dia 4 de abril de 2024, com a participação da professora Maria Margarida Machado - Fórum EJA Goiás, e o professor Carlos Roberto Jamil Cury, da PUC Minas,